

MAPEAMENTO DOS GRUPOS POPULARES DO MUNICÍPIO RIO GRANDE E A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA AMBIENTAL MUNICIPAL¹

FONSECA, Fabiane Fagundes; SANTOS, Caio Floriano.
WALTER, Tatiana
fabianebiofonseca@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Palavras-chave: Diagnóstico; Mobilização; Participação Popular; Associações, Cooperativas.

1. INTRODUÇÃO

A participação popular não é um assunto novo, entretanto, é cada vez mais presente a organização coletiva em busca de ocupar os espaços de debate e decisão de diversas temáticas, tais como: saúde, cidade, direitos sociais, questões ambientais e de qualidade de vida. De acordo com Bodernave (1994, página 12) este processo vem ocorrendo por existir um "descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos."

Nesse contexto, os grupos populares têm um protagonismo acentuado quanto ao processo de articulação nas bases, ou seja, nos seus locais de moradia, trabalho e estudo. As associações, cooperativas, ONGs e outros tipos de grupos auto-organizados vêm realizando um importante processo de mobilização nas periferias das cidades, muitas vezes como forma de garantir condições mínimas de sobrevivência. O que pode ocorrer através da criação de espaços de geração de trabalho e renda e/ou como criação de mecanismos para pressionar o Estado para a garantia dos seus direitos.

No que tange a Política Ambiental, desde a Constituição Federal de 1988 está prevista a descentralização das decisões, algo que vem sendo reafirmado nas legislações nos diferentes níveis. Porém, apesar de prevista na Lei, a participação popular nem sempre ocorre de fato, pois muitas vezes os espaços institucionalizados (ex: conselhos municipais) tornam-se engessados, com vícios representativos e descaracterizando a democratização das decisões (ZHOURI, 2008).

Diante disto, na cidade de Rio Grande - RS está sendo realizado um processo de mapeamento e mobilização das entidades de base popular com o objetivo de ampliar e qualificar a participação popular nas decisões em torno do ambiente. Tal articulação tem envolvido entidades como associações de moradores/as de bairros, cooperativas de materiais recicláveis e pesqueiras.

¹ Financia esta atividade o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, de responsabilidade do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e através do Convênio FURG/SMMA “Formação Continuada para Gestores Ambientais no Contexto do Licenciamento Ambiental Municipal”.

2. METODOLOGIA

No contexto da prática extensionista, o mapeamento proposto articula mobilização e caracterização, de forma que o diálogo com os grupos populares possibilite o planejamento dos processos formativos necessários a qualificação de sua participação na política ambiental.

Assim, o mapeamento das entidades tem se dado das seguintes formas: buscas virtuais por páginas oficiais das organizações ou notícias delas; Através da solicitação de possíveis cadastros de Secretarias do Município (nove no total), que teriam relação com a temática, e junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade; visitas aos bairros da cidade em busca destas informações. Após localizadas as entidades e/ou as lideranças, é feito um contato inicial para marcar a primeira visita com o intuito de apresentar a proposta do projeto, bem como para convidar a participar do II Seminário Desafios do Licenciamento Ambiental, em 18/07/2019, cuja temática é *Participação Popular na Política Ambiental Municipal*.

Por fim, em uma segunda visita as entidades, aplica-se um questionário com questões estruturadas com vista a resgatar informações sobre a entidade, com o auxílio do software *Coletum*. As perguntas englobam temáticas como histórico, missão, número e perfil dos integrantes, projetos já desenvolvidos, participação em espaços decisórios da política municipal, conhecimento da entidade sobre a Política Ambiental do Município, e demandas por formação e projetos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente é essencial destacar a dificuldade em encontrar os dados referentes às entidades populares de Rio Grande, tanto nas buscas virtuais quanto na tentativa via institucional. Diante disto, a descoberta de cada entidade também proporciona informações sobre outras a serem visitadas, sendo este um dos principais mecanismos para o mapeamento, cuja técnica é comumente conhecida como “bola de neve”.

Nesse sentido, até o momento foram mapeadas 22 entidades, dentre as quais 14 já passaram pelo processo inicial de mobilização, e seis (6) responderam ao questionário de diagnóstico. Dentre as 22, 15 são associações de moradores/as de bairros, duas cooperativas, uma de materiais recicláveis e uma de pescadores artesanais e uma Colônia de Pescadores/as artesanais.

Além destas entidades, foram identificados também: um grupo de mulheres para a produção de alimentos na perspectiva da economia solidária, um coletivo de pessoas que desenvolve ações para melhoria da qualidade de vida em um bairro localizado na zona rural do município, um grupo de pessoas que atuam através do conselho local de saúde, enquanto buscam a

rearticulação da associação de moradores e um fórum de debate sobre a pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos.

Para além das especificidades de cada uma das entidades entrevistadas, dentre as características comuns foi possível observar que a maioria tem em sua gerência pessoas com mais idade, demonstrando uma carência da participação da juventude nesses espaços. Além disto, apesar de haverem mulheres e pessoas negras, na maioria das entidades a gerência é exercida por homens e brancos.

Em todas as entidades entrevistadas foi relatada a dificuldade da organização coletiva, assim, o número total de membros não representa o total de participantes ativos nas entidades, especialmente no caso das associações de moradores/as. Nesse sentido, muitas entidades relataram a demanda por processos formativos que abordasse aspectos de organização e participação, algo que pode ser relacionado com as palavras de Bodernave (1994 página 23): o "interesse pela participação não parece estar acompanhado de um conhecimento generalizado do que ela é, de seus graus e níveis, de suas condições, suas dinâmicas e suas ferramentas operativas".

Dentre as ações desenvolvidas pelas entidades, tem sido muito presente ações como distribuição de alimentos e roupas pelas entidades de moradores, assim como organização de ações para geração de trabalho e renda. Além de atuarem na defesa de direitos sociais, preservação ambiental, defesa dos direitos das mulheres e de direitos trabalhistas.

Por fim, dentre as demandas atuais, as seis entidades relataram a necessidade de manutenção estrutural nos espaços físicos. Cinco relataram demanda por atividades com crianças e adolescentes como uma forma de evitar o envolvimento com drogas e, todas as entidades destacaram a problemática do descarte inadequado do lixo em seus bairros e com o sistema de coleta ofertado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta fase inicial tem demonstrado a importância da realização do mapeamento, tendo em vista que estes dados a priori não estão reunidos e atualizados na administração pública municipal. Além disto, este diagnóstico será importante para o desenvolvimento dos processos formativos acerca da política ambiental municipal e, portanto, seu fortalecimento, os quais serão realizados na sequência deste ano e de 2020.

5. REFERÊNCIAS

- BODERNAVE, Juan E. Díaz. **O que é Participação**. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. 82p.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- ZHOURI, Andréa. JUSTIÇA AMBIENTAL, DIVERSIDADE CULTURAL E ACCOUNTABILITY: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [online], Vol. 23, nº 68, pp. 97-107, abril/2008.